

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes, e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e 30 minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor Vereador **Manuel José Carmo Coutinho** referiu que esteve presente, em representação do senhor Presidente da Câmara, juntamente com as senhoras Vereadoras Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira e Margarida José César Osório Silva Duarte, no 25º Aniversário Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim,

Presidente

Secretário

uma festa que decorreu muito bem e que importa aqui realçar, dadas as atividades desenvolvidas por este centro junto da sua população.

Neste sentido, deixou uma nota positiva e em nome do executivo deu os parabéns e deixou uma nota de agradecimento à direção da Associação do Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que não pode estar presente no referido evento, por motivos pessoais, no entanto, afirmou que de fato é uma das Associações do Concelho de Lamego com uma atividade mais relevante e com maior destaque nas festividades realizadas no concelho, trazendo, inclusivé, grupos estrangeiros, estando sempre disponíveis para colaborar.

Deixou, em nome do todo o executivo, o reconhecimento pelas atividades desenvolvidas e vivas felicitações a todos os que lançaram este projeto, tendo-se dotado de instalações físicas inigualáveis, bem como a nível do rancho e da orquestra ligados à cultura tradicional.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** fez uma referência muito positiva à realização da Feira Medieval que este ano abandonou o histórico bairro do Castelo e desceu até à zona envolvente da Praça do Comércio onde reuniu o clero, a nobreza, os mestres de ofício e os servos da gleba e fizeram a evocação histórica do comércio e das artes e dos ofícios medievais. Este ano, a viagem ao passado de Lamego destacou a recriação das *Cortes de Lamego* por D. Afonso Henriques, através da qual o público pôde vivenciar vários episódios da época, enquadrados na moldura de um mercado. Não faltaram, por isso, mercadores e artesãos que vão desenvolver as suas atividades de comércio.

Ao longo de três dias, de 1 a 3 de junho, as ruas e ruelas da zona alta da cidade foram palco de “jogos de destreza e perícia”, “reinos de armas e preitos de vassalagem a D. Afonso”, para além de “bailias e folguedos com músicos”. Fiel ao espírito e à época, a Feira Medieval de Lamego continuou a cativar o interesse de vários públicos através de uma abordagem interativa sobre as lendas e tradições enraizadas nesta cidade. No primeiro dia, o evento foi dedicado às crianças e às escolas, enquanto que no sábado o ponto alto das celebrações ocorreu com a recriação das Cortes de Lamego. No domingo, no início da tarde, após a abertura da feira e “fiscalização dos meirinhos e alvazis”, um Cortejo Régio desfilou pelas

Presidente

Secretário

ruas “com recebimento das várias ordens militares que partiram em fossado nas terras de Moirama”.

A organização da Feira Medieval contou com o total empenhamento dos trabalhadores do Município, nomeadamente da Divisão Obras Municipais (DOM), Divisão de Manutenção e Serviços Urbanos (DMSU), Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida (DAQV) e Gabinete de Atividades Económicas e Turismo (GAET).

Organizada pela Câmara Municipal de Lamego, através do programa *VIVERLamego*, a realização da Feira Medieval representa um investimento de 36.700 euros, comparticipado em 80% através do QREN.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

Usou da palavra o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** para, em primeiro lugar, felicitar o novo Presidente da Comissão Política do Partido Socialista de Lamego, Dr. Manuel António Rebelo Ferreira.

De seguida, insistiu na questão da futura CEL - variante de Lamego, questionando o senhor Presidente da Câmara, se o corredor traçado está posto em causa, junto ao loteamento da MAPEC, e que gostaria de ver o respetivo estudo prévio.

Seguidamente, o senhor Vereador questionou o senhor Presidente da Câmara, relativamente às obras do Eixo Barroco, perguntando se iria ser feita uma simulação, conforme estava previsto.

Por fim, o senhor Vereador solicitou, novamente, o processo de loteamento em nome de João Batista de Castro de Sousa Girão, junto da zona industrial, a fim de poder esclarecer algumas dúvidas.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** explicou e demonstrou ao senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, através da apresentação das plantas do estudo prévio e do plano de pormenor do traçado da CEL, que o corredor da CEL é mantido.

No que concerne às obras do Eixo Barroco, o senhor Presidente informou o senhor Vereador que a candidatura está suspensa, por causa da reavaliação do QREN.

Por fim, o senhor Presidente esclareceu o senhor Vereador que, não existe nenhum loteamento. O único processo de loteamento relativo à pessoa visada e que foi aprovado pela Câmara Municipal caducou em 2009, estando, por esse motivo, arquivado.

Presidente

Secretário

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora Vereadora Margarida José Cesar Osório Silva Duarte deu conhecimento ao executivo do conteúdo de uma carta enviada pela Associação dos Amigos de Jorge Caride, agradecendo toda a colaboração prestada na realização do IX Torneio de Futsal 24 Horas – Jorge Caride, realizado nos passados dias 26 e 27 de maio.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ASSOCIAÇÕES (COD. 08)

Presente à reunião um e-mail, datado de 1 de junho de 2012, que vem acompanhado de uma proposta de seguro, nos termos do disposto no artigo 396º do Código das Sociedades Comerciais, emanado da RESINORTE, que refere que esta empresa, de acordo com informação financeira, encontra-se abrangida pela referida norma legal, pelo que, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, sido eleito vogal não Executivo do Conselho de Administração desta empresa, em representação do Município de Lamego, para o triénio 2012/2014, deverá prestar caução que pode ser substituída por um contrato de seguro.

Refere ainda, que a MDS, corretora de seguros, com quem o Grupo AdP – Águas de Portugal e a “Chartis”, negocia a carteira de Seguros, apresentou uma proposta que tem condições mais favoráveis à qual os Administradores nomeados pelos Municípios e Conselho Fiscal poderão aderir voluntariamente e que a apólice subscrita tem um valor mínimo obrigatório de 250.000€, com o prémio total de 654,00€, inquirindo se o Município de Lamego está interessado em formalizar este seguro através da apólice da AdP.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, prestar caução, nos termos propostos, que deverá ser suportada por este Município.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de certas classificações, deu conhecimento ao executivo da 6ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 994.583,00€, reforçando-se as despesas com a aquisição de água, limpeza e higiene (Etar's), outros bens serviços (Festas da Cidade) e empréstimo a curto prazo. Procede também à 6ª alteração do Plano

Presidente

Secretário

de Atividades reforçado em 423,340,00€ e anulado em 386.093,00€ e à 6.ª Alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 586.140,00€ e reforçado em 59.250,00€.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

SAUDE E ASSISTENCIA (COD. 56)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do conteúdo do ofício nº. 459/2012, datado de 29.05.2012, emanado da Aces Douro Sul – Agrupamentos de Centros de Saúde Douro II, sobre a Unidade de Saúde Familiar “Douro Vita”, no qual informa que o Aces tudo fez para salientar a importância do alargamento de horário na Unidade de Saúde Familiar Douro Vita.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

SAUDE E ASSISTENCIA (COD. 56)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do conteúdo do ofício nº. 15238, referencia CD, datado de 29.05.2012, emanado da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P, sobre os novos horários de funcionamento da Unidade de Saúde Familiar “Douro Vita”

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

EDUCAÇÃO CULTURA (COD. 20)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do teor do ofício nº. 1696, datado de 12 de maio de 2012, emanado do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Cultura, que respondem ao ofício n.º 3627, desta Câmara Municipal, sobre a tutela do Museu, informando que será publicado em breve o diploma que estabelece a nova orgânica das direções regionais de cultura, nos termos do qual se prevê a afetação de alguns museus situados em diversas regiões do país àqueles serviços periféricos da Administração Central do Estado.

Informa ainda, no que concerne ao Museu de lamego e às questões que são colocadas sobre esta instituição específica, que, na eventualidade de o Museu ser reafecto a uma direção regional de cultura, manter-se-á a relação hierárquica direta entre o membro do Governo responsável pela área da cultura e esses serviços periféricos, relação essa que possui características mais garantísticas que a até

Presidente

Secretário

agora existente entre este membro do Governo e o Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., organismo que se insere na Administração Indireta do Estado.

Lembra-se, a propósito deste assunto, que, no dia 25 de maio de 2012 foi publicado o Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, que regulamenta esta matéria.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro proferiu o seguinte comentário: “Fico muito satisfeito com o teor do ofício remetido pelo senhor Presidente da Câmara ao senhor Secretário de Estado da Cultura, que retrata fielmente tudo o que tem sido as preocupações deixadas pela Câmara sobre este assunto. Já no que concerne à resposta enviada pelo Chefe de Gabinete do senhor Secretário de Estado da Cultura, para além de extemporâneo, contém inverdades, com as quais não poderei estar de acordo e que aqui denuncio. Esta ideia de mudança de tutela, desde que a autonomia dos museus se tivesse mantido ao nível da direção de serviços seria, ainda assim, aceitável. Porém, não é isso que se verifica. O que se verifica, isso sim, é uma despromoção, perda de qualidade e perda de autonomia dos museus, e concretamente do Museu de Lamego, dado o quadro de competências instituído às direções regionais, ficando a sua ação restringida a atividade operativa organizacional.”

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projetos de arquitetura aprovados de obras particulares, no mês de maio de 2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA INDEFERIDOS (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projetos de arquitetura indeferidos de obras particulares, no mês de maio de 2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

OBRAS PARTICULARES (COD 42)

Presidente

Secretário

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo do mapa resumo da atividade desenvolvida na Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico, durante o mês de maio de 2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 11 de junho de 2012, cuja dotação orçamental é de 396.693,80 € e dotação não orçamental é de 130.489,00 €.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE MAIO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 29 de maio de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE FACTURA (COD 01)

REQUERENTE: JULIO QUINTELA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 264/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 341/DMSU, de 17 de maio de 2012, seja autorizado a retificação da fatura de junho/2011, correspondente ao gasto de 229m3 da instalação n.º 9184, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 160,21€.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretário

03-ASSUNTO: REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA 1.ª RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE “EXECUÇÃO DE NOVA FATURA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FINISHING EM REGIME DE OUTSOURCING (COD 01)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 270/01/12 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da Informação n.º 235/DFP, propondo, para efeitos de cumprimento da alínea c) do n.º 1 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA), que a Câmara Municipal autorize a submissão à Assembleia Municipal, para aprovação da repartição de encargos infra, referente à 1.ª renovação da “Execução de nova fatura de fornecimento de água e prestação de serviços de finishing em regime de outsourcing”:

<i>Período (Contrato N.º 09/2011)</i>	<i>Ano</i>	<i>Sem IVA (valor estimado)</i>	<i>IVA 23%</i>	<i>TOTAL ANUAL (valor estimado)</i>
6 Junho a 31 Dezembro	2012	6.808,20 €	1.565,89 €	8.374,09 €
Janeiro a 5 Junho	2013	4.863,00 €	1.118,49 €	5.981,49 €
TOTAIS		11.671,20 €	2.684,38 €	14.355,58 €

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a repartição de encargos infra, referente à 1.ª renovação da “Execução de nova fatura de fornecimento de água e prestação de serviços de finishing em regime de outsourcing”, conforme quadro acima referenciado, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto da alínea c), do n.º 1, do artigo 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

04-ASSUNTO: DENÚNCIA DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (COD 01)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 277/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face à informação n.º 363/DMSU, de 25 de maio de 2012, sejam denunciados os seguintes contratos de água, com levantamento dos respetivos contadores e tamponamento dos ramais de saneamento, de acordo com o preceituado no n.º 3 do artigo 59º. Do Regulamento de Águas.

Inst.	Consumidor	Ofício nº.	data
--------------	-------------------	-------------------	-------------

Presidente

Secretário

23313	Fernando Manuel Gonçalves Cruz	948	13.01.2012
15552	Gentil António Marques Vieira	856	10.01.2012
12324	José Fernandes Lopes	879	11.01.2012
12307	José Gonçalves da Ponte	880	11.01.2012
12472	Lúcia Cardoso Rodrigues Cruz	876	11.01.2012

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS PELAS CHUVAS NUMA OBRA (COD 17)

REQUERENTE: ANTÓNIO FERREIRA MONTEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 271/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 215/2012/DFP, de 8 de maio de 2012, dando conhecimento da pretensão formulada pelo senhor António Ferreira Monteiro, de ser ressarcido, a título de ajuda financeira dos prejuízos causados, numa obra em que a sua firma laborava a pedido do senhor António José da Conceição Pereira, no valor de 25.000,00 €, em consequência de um sinistro ocorrido no dia 25 de maio de 2011, no lugar de Oleiros, em Cambres, provocados pelas chuvas fortes que se fizeram sentir e que provocaram a afluência de águas e lamas na referida obra, derrubando muros em execução e danificando rebocos interiores.

Assim, propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere sobre o assunto.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter o presente processo à Companhia de Seguros Açoreana, S.A., para análise da ocorrência reclamada pelo senhor António Ferreira Monteiro.

06-ASSUNTO: PROC. N.º 1113/09.9BEVIS – AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL

AUTORA: CONSTRUÇÕES RAMOS & MARAVILHA, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 278/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, a fls. 20 e 21 do acórdão proferido nos autos referenciados em epígrafe, pode ler-se, além do mais, que *“Como se afere da informação datada de 23/10/2008 considera-se que as deliberações de 22/03/2004, 14/06/2004, 21/11/2004 e 27/06/2005 estão feridas de nulidade, nos termos do preceituado no artº 68º, alínea a) do DL nº 555/99, por violarem o Plano Geral de Urbanização de 1959, propondo essa declaração à C.M.L.*

Presidente

Secretário

Porém, na proposta de deliberação nº 508/39/08 de 03/11/2008 do Sr. presidente da câmara, escreve-se: "... não declare ainda, nesta data, a nulidade das deliberações de ... e todos os trâmites posteriores". O que foi decidido na deliberação da C.M.L. de 04/11/2008.

Ora, estando as deliberações supra identificadas feridas de nulidade, como é referido naquela informação como poderão exigir-se as compensações monetárias que a C.M.L. pretende receber da A.

Existe, pois, uma clara e evidente incongruência e contradição na fundamentação das deliberações.

A fundamentação dos actos administrativos deve enunciar, para ser juridicamente relevante, de forma clara, congruente, suficiente e concreta, dos motivos de facto e de direito que determinaram a decisão, motivos que têm de constar do próprio acto, informação, parecer ou proposta com cuja fundamentação, declare concordar e os meros juízos conclusivos, sem concretização da factualidade que lhes serviu de base, são insuficientes, para a fundamentação factual do acto – veja-se a este propósito o Ac. do STA de 07/10/93.

Assim sendo, resulta que o acto está deficiente e insuficientemente fundamentado, o que equivale a falta de fundamentação, vício esse que conduz à anulabilidade do acto. (...).

Decisão:

Pelo exposto, acordam os juízes deste tribunal em julgar procedente a presente acção administrativa especial, e anular as deliberações impugnadas, com as devidas consequências legais."

Assim sendo, através de sentença judicial, foram jurisdicionalmente anuladas:

- A deliberação camarária tomada em reunião da Câmara Municipal, realizada a 04.11.2008, através da qual o Executivo havia deliberado não declarar, naquela data, a nulidade das deliberações de 22.03.2004, 14.06.2004, 21.11.2004 e 27.06.2005, mais determinando a notificação da sociedade Construções Ramos & Maravilha, Ld.^a, para proceder ao pagamento das compensações em numerário em falta, no montante de € 209.987,90, e ainda o seu ressarcimento, no valor de € 12.277,38, a título de taxas pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas pagas em excesso;
- A deliberação camarária tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada a 24.03.2009, através da qual o Executivo havia deliberado, a título de decisão final, promover a notificação da sociedade Construções Ramos & Maravilha, Ld.^a "(...) para, no prazo de 30 dias úteis, proceder ao pagamento das compensações em numerário em falta, no âmbito da operação de loteamento, cuja licença foi titulada pelo alvará n.º 2/87, no montante de 209.987,90 €, sob pena de, não o fazendo voluntariamente dentro daquele prazo, tal implicar a cobrança dessa importância em dívida, mediante processo de execução

Presidente

Secretário

fiscal, e, no que concerne ao ressarcimento dessa sociedade do valor de 12.277,38 €, a título de taxas pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas que a mesma pagou em excesso, tal aconteça, simultaneamente, ao pagamento, por sua parte, das compensações em numerário em falta, no montante de 209.987,90 €.”.

Face ao exposto, e uma vez que na sequência das deliberações camarárias tomadas em reuniões da Câmara Municipal, realizadas a 04.11.2008 e 24.03.2009, os competentes serviços camarários haviam emitido, a 04.12.2009, a guia de recebimento n.º 3/10260/2009, relativa às compensações em numerário, no valor de 209.987,90 €, no âmbito da operação de loteamento n.º 2/87, propõe à Câmara que delibere a respetiva anulação.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, anular a guia de recebimento n.º 3/10260/2009, relativa às compensações em numerário, no valor de 209.987,90 €, no âmbito da operação de loteamento n.º 2/87, bem como remeter o processo ao gabinete jurídico para ser reanalisado, tendo em conta a posição da IGAL e a necessidade de dar seguimento à decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu.

07-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: ANTÓNIO DE ALMEIDA FERNANDES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 279/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara que vem acompanhado do auto de notícia n.º 477/ESQ/09, datado de 24.06.2009, remetido pela Polícia de Segurança Pública, relatando que no dia 23.06.2009, num terreno sito na Quinta de Bom Pastor, na freguesia de Almacave, não foi efetuada a limpeza e gestão de combustíveis existentes numa extensão de pelo menos 50 metros de algumas habitações, havendo risco de incêndio, o que constitui infração ao abrigo do n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, constituindo contraordenação prevista na alínea o) do n.º 2 do artigo 38º e punida pelo n.º 1 do mesmo artigo e diploma legal, pelo que propõe que seja instaurado processo de contraordenação contra o senhor António Almeida Fernandes, com domicílio na Quinta do Bom Pastor, Travessa das Acácias - Lamego.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretário

08-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDOS:** ANTONIO DUARTE DA FONSECA E MARIA DA CONCEIÇÃO FONSECA CARDOSO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 280/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara que vem acompanhado do auto de notícia n.º 477/ESQ/09, datado de 24.06.2009, remetido pela Polícia de Segurança Pública, relatando que no dia 23.06.2009, num terreno sito na Costa do Vale de Nazes, na freguesia de Almacave, não foi efetuada a limpeza e gestão de combustíveis existentes numa extensão de pelo menos 50 metros de algumas habitações, havendo risco de Incêndio, que constitui infração ao n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, constituindo contraordenação prevista na alínea o) do n.º 2 do artigo 38º e punida pelo n.º 1 do mesmo artigo e diploma legal, pelo que propõe que seja instaurado processo de contraordenação contra António Duarte da Fonseca e Maria da Conceição Fonseca Cardoso Pina, com domicílio na Rua marquês de Pombal, n.º. 13 – Lamego e Av. Alves Pedrosa, Entrada 17 – Casa3 – Lamego, respetivamente.

Deliberado Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDA:** MARIA ESTELA COUTINHO GUEDES MONTEIRO TITO PINTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 281/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara que vem acompanhada do auto de notícia n.º 477/ESQ/09, datado de 24.06.2009, remetido pela Polícia de Segurança Pública, relatando que no dia 23.06.2009, num terreno sito em Nazes, na freguesia de Almacave, não foi efetuada a limpeza e gestão de combustíveis existentes numa extensão de pelo menos 50 metros de algumas habitações, havendo risco de Incêndio, que constitui infração ao n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, constituindo contraordenação prevista na alínea o) do n.º 2 do artigo 38º e punida pelo n.º 1 do

Presidente

Secretário

mesmo artigo e diploma legal, pelo que propõe que seja instaurado processo de contraordenação contra Maria Estela Coutinho Guedes Monteiro Tito Pinto, residente na Rua Agueiro, 328-2º. Dto. Vila Nova de Gaia.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

10-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: MARIA TERESA DE ALMEIDA LACERDA DIAS GRANCHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 282/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara que vem acompanhado do auto de notícia n.º477/ESQ/09, datado de 24.06.2009, remetido pela Polícia de Segurança Pública, referindo que no dia 23.06.2009, num terreno sito no Paraíso, na freguesia de Almacave, não foi efetuada a limpeza e gestão de combustíveis existentes numa extensão de pelo menos 50 metros de algumas habitações, havendo risco de Incêndio, que constitui infração ao abrigo do n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, constituindo contraordenação prevista na alínea o) do nº 2 do artigo 38º e punida pelo nº 1 do mesmo artigo e diploma legal, pelo que propõe que seja instaurado processo de contraordenação contra Maria Teresa de Almeida Lacerda Dias Grancho, residente no Lugar da Franzia II, Lote 19, Lamego.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

11-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 283/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara que vem acompanhado do auto de notícia n.º477/ESQ/09, datado de 24.06.2009, remetido pela Polícia de Segurança Pública, referindo que no dia 23.06.2009, num terreno sito na Quinta Nova e Paraíso, na freguesia de Almacave, não foi efetuada a limpeza e gestão de combustíveis existentes numa extensão de pelo menos 50 metros de algumas habitações, havendo risco de Incêndio, que constitui infração ao n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, constituindo contraordenação prevista na alínea o) do nº 2 do artigo 38º e

Presidente

Secretário

punida pelo nº 1 do mesmo artigo e diploma legal, pelo que propõe que seja instaurado processo de contraordenação contra a Santa Casa de Misericórdia, com sede no Largo Dr. João de Almeida - Lamego

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

12-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDOS: ISABEL RICA GUEDES GOMES ALVES SILVA E FAUSTO GENTIL RICA GUEDES GOMES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 284/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara que vem acompanhado do auto de notícia n.º 475/ESQ/09, datado de 24.06.2009, remetido pela Polícia de Segurança Pública, referindo que num terreno sito na Avenida da Boavista, na freguesia de Almacave, não foi efetuada a limpeza e gestão de combustíveis existentes numa extensão de pelo menos 50 metros de algumas habitações, havendo risco de Incêndio, que constitui infração ao n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, constituindo contraordenação prevista na alínea o) do nº 2 do artigo 38º e punida pelo nº 1 do mesmo artigo e diploma legal, pelo que propõe que seja instaurado um processo contraordenação contra Isabel gentil Rica Guedes Gomes Alves da Silva e Fausto Gentil Rica Guedes Gomes.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

13-ASSUNTO: ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE “SERVIÇOS DE CONSULTADORIA NA ORGANIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO 1.º CEB (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 285/20/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 248/DFP, propondo, para efeitos de abertura de procedimento para a aquisição de “Serviços de consultoria na organização do transporte escolar do 1.º CEB”, para os anos letivos 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015, que a Câmara Municipal:

1) Autorize a contratação dos serviços, nos termos dos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2012);

Presidente

Secretário

2) Autorize a submissão à Assembleia Municipal, para aprovação da repartição de encargos, conforme quadro seguinte, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:

Ano	Período	N.º de meses	Valor mensal	Total	IVA 23%	Total
2012	Setembro a Dezembro	4	2.018,75€	8.075,00€	1.857,25€	9.932,25€
2013	Janeiro a Dezembro	12	2.018,75€	24.225,00€	5.571,75€	29.796,75€
2014	Janeiro a Dezembro	12	2.018,75€	24.225,00€	5.571,75€	29.796,75€
2015	Janeiro a Agosto	8	2.018,75€	16.150,00€	3.714,50€	19.864,50€
Total Global		36		72.675,00€	16.715,25€	89.390,25€

Deliberado: A Câmara Municipal aprovou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Piva Ribeiro, a abertura de procedimento para a contratação dos serviços para a aquisição de “Serviços de consultoria na organização do transporte escolar do 1.º CEB”, para os anos letivos 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro proferiu a seguinte declaração de voto: “Abstenho-me na presente decisão porque a proposta em causa não tem fundo disponível, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, atenta a informação dos serviços que sobre a mesma recaiu.”

14-ASSUNTO: REGULAMENTO INTERNO DE FUNDO DE MANEIO (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 265/27/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 230, referindo que: considerando a entrada em vigor do POCAL – Plano Oficial das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, DR 80 Série I – A, 1.º Suplemento, de 5 de abril, obriga a procedimentos específicos regulamentares a aplicar à estrutura da autarquia.

Considerando o ponto 2.9.10.1.11 do diploma acima referido dispõe que: “Para efeitos de controlo dos fundos de maneio, o órgão executivo deve aprovar um

Presidente

Secretário

Regulamento que estabeleça a sua constituição e regularização, devendo definir a natureza da despesa a pagar pelo fundo, bem como o seu limite máximo, e ainda:

- a) A afetação, segundo a sua natureza, das correspondentes rubricas da classificação económica;
- b) A sua reconstituição mensal contra a entrega de documentos justificativos da despesa;
- c) A sua reposição até 31 de dezembro.

Considerando que, as despesas devem ser sempre precedidas de cabimentação prévia, conforme o disposto na alínea d) do ponto 2.3.4.2 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Considerando que, qualquer despesa efetuada, deve ser precedida de verificação da conformidade legal da despesa, uma vez que: os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos dos demais requisitos legais de execução de despesas.

Considerando que, os intervenientes que assumam compromissos, através de notas de encomenda ou documentos análogos, fatura, recibo ou vendas a dinheiro, que não tenham cabimento ou requisição incorrem de responsabilidade.

Considerando que, a figura do Fundo de Maneio, poderá salvaguardar a irregularidade da assunção de pequenas despesas.

Considerando que é essencial que se coloque em prática o normativo legal acima descrito, através da constituição do Fundo de maneio, nos termos do ponto 2.9.10.1.11 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, uma vez que este se destina somente ao pagamento de despesas de pequeno montante com a aquisição de bens e serviços, de carácter urgente e inadiável, cujo pagamento tenha de ser efetuado no ato da realização das despesas, correspondendo-lhe a cada um uma parcela orçamental que lhe estará associada.

Assim, propõe, nos termos do normativo legal que precede a constituição do Fundo de Maneio, constante no ponto 2.9.10.1.11 do decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que seja aprovado o Regulamento Interno do Fundo de Maneio, e que seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Presidente

Secretário

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Interno do Fundo de Maneio, e remetê-lo à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

15-ASSUNTO: AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 289/27/12 do senhor Presidente da Câmara, referindo que, considerando o disposto na alínea f) do artigo 3º. Da Lei n.º. 8/2012, de 21 de fevereiro, que identifica quais as verbas que são consideradas para determinação dos Fundos Disponíveis, verbas estas que são reportadas para o trimestre seguinte, por forma a permitir aos Municípios assumirem compromissos; Considerando que a lei permite, a título excecional, aumentar os Fundos Disponíveis, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal, conforme disposto na alínea c) do n.º.1, do artigo 4º. do mesmo diploma.

Assim, no âmbito das suas competências, propõe à Câmara a autorização para se proceder ao aumento dos Fundos Disponíveis, no montante de 392.952,72€, subdividindo da seguinte forma:

- 372,544,72 €, em participações no pré-escolar, europeu direto e estágios profissionais;
- 20.000,00 €, em escritura de permuta de instalações;
- 408,00 €, em reposições não abatidas aos pagamentos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: PEDIDO DE MUDANÇA DE TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA HABITAÇÃO E RESPECTIVA REVISÃO DA RENDA MENSAL (COD 31)

REQUERENTE: MARIA DOS ANJOS MAURITA REIS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 272/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º.212/PAT, dando conhecimento da pretensão da requerente, moradora do 2.º Dto., do Bloco A, sito no Bairro de Santo António, no sentido de transferir a titularidade do contrato de arrendamento para o seu nome, em virtude do óbito do seu marido e arrendatário original e da sua legitimidade, de acordo com a alínea a)

Presidente

Secretário

do nº.1 do artigo 57º. do NRAU, em que está plasmado que “o arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário, quando lhe sobreviva cônjuge com residência no locado”,

É ainda, solicitada a descida do valor pago a título de renda, pelo que há aqui a considerar a prerrogativa conferida pelo nº. 3 do artigo 8º. do Decreto-Lei n.º. 163/93, de 7 de maio, onde está plasmado o seguinte preceito: “ a renda pode ainda ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar resultante de morte, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros”.

Assim, considerando que a requerente usufruía, à altura da assinatura do contrato de arrendamento, de um rendimento mensal na ordem dos 385,90 €, enquanto neste momento, auferia somente 326,15€, a título de Rendimento Social de Inserção, a renda poderá passar a ser de 5,42€, de acordo com a fórmula prevista do Decreto-Lei nº. 329/200, de 22 de dezembro.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie o pedido da requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência da titularidade do contrato de arrendamento para o nome de Maria dos Anjos Maurita Reis, em virtude do óbito do seu marido.

Mais deliberou, por unanimidade, conceder a descida do valor pago a título de renda, conforme solicitado.

17-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO E ALTERAÇÃO DO VALOR DA RENDA (COD 31)

REQUERENTE: VITOR MANUEL ANTUNES MOREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 273/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 208/PAT/MCA, que refere que o senhor Vítor Manuel Antunes Moreira, residente deste Município, nº. 3 Dto. Frente do bloco B, lote 33 na Quinta de Santo António, endereçou um requerimento a este Município, no sentido de lhe ser facultada a possibilidade de proceder ao pagamento da sua dívida, no valor de 1.018,82 € de rendas de habitação em atraso, de forma faseada, uma vez que não tem capacidade económica de proceder ao pagamento da dívida de uma só vez e ser-lhe alterada a renda mensal.

Presidente

Secretário

Por decisão fundamentada, pode a Câmara Municipal, aceitar que o valor de cada prestação seja inferior a uma unidade de conta, caso de comprovada debilidade económica, como é o caso deste arrendatário, que recebe mensalmente a quantia de 174,045 €.

Assim sendo, poderá ser deferido o pagamento em 24 prestações no valor de 42,45 €, devendo ainda ser facultada ao requerente, a possibilidade de proceder concomitantemente ao pagamento da renda em curso.

Relativamente ao pedido de alteração da renda, atendendo ao rendimento mensal do requerente, no valor de 174,04 € e de acordo com a fórmula prevista no Decreto-Lei nº. 329-A/2000, de 22 de dezembro, a renda deve passar a ser de 5,05 €.

Face ao exposto, propõe à Câmara que aprecie o pedido do requerente, no que concerne à diminuição do valor da renda e à reformulação do plano de pagamento da renda em prestações.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pagamento em 24 prestações no valor de 42,45 €, cada, bem como autorizar a diminuição do valor da renda mensal, nos termos propostos, ou seja, para 5,05 €.

18-ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA CIDADE DE LAMEGO (**COD. 32**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 274/32/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 244/DFP, propondo, no âmbito do concurso público adjudicado com vista à “Prestação de Serviços: Conservação e Manutenção dos Espaços Verdes da Cidade de Lamego”, que a Câmara Municipal autorize a submissão à Assembleia Municipal, da aprovação da repartição de encargos, conforme quadro seguinte, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:

<i>Ano</i>	<i>Período</i>	<i>N.º Meses</i>	<i>Valor sem IVA</i>	<i>IVA 23%</i>	<i>TOTAL</i>
2012	8 de junho a 31 de dezembro	7	56.105,00 €	12.904,15 €	69.009,15 €
2013	janeiro a dezembro	12	96.180,00 €	22.121,40 €	118.301,40 €
2014	janeiro a dezembro	12	96.180,00 €	22.121,40 €	118.301,40 €
2015	janeiro a dezembro	12	96.180,00 €	22.121,40 €	118.301,40 €
2016	janeiro a dezembro	12	96.180,00 €	22.121,40 €	118.301,40 €
2017	janeiro a 7 de junho	5	40.075,00 €	9.217,25 €	49.292,25 €

Presidente

Secretário

TOTAL	60	480.900,00 €	110.607,00 €	591.507,00 €
-------	----	--------------	--------------	--------------

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

19-ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA JUNTA DE FREGUESIA DE FERREIRIM (COD 37)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 288/37/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que refere que em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 12.04.2004, e na sequência da informação n.º.74/RFP, de 05.03.2004, a Câmara Municipal deliberou constituir um direito de superfície, por 50 anos, sobre o prédio rustico sito no Lugar de Mós, freguesia de Ferreirim, Município de Lamego, descrito na CRP de Lamego sob o n.º.01158/29052003, a favor da Junta de Freguesia de Ferreirim, destinado à construção da sede da referida Junta de Freguesia.

O direito de superfície encontra-se regulado no artigo 1524º. E seguintes do Código Civil e consiste na faculdade de construir ou manter, perpétua ou temporariamente, uma obra em terreno alheio, ou de nele fazer ou manter plantações.

No ato de constituição do direito de superfície, pode convencionar-se, a título de preço, que o superficiário pague uma única prestação ou pague certa prestação anual, perpétua ou temporária – artº. 1530º. Do Código Civil.

Sendo o direito de superfície constituído por certo tempo, o proprietário do solo, logo que expire o prazo, adquire a propriedade da obra ou das árvores.

Salvo estipulação em contrário, o superficiário tem, nesse caso, direito a uma indemnização, calculada segundo regras do enriquecimento sem causa. Não havendo lugar á indemnização, o superficiário responde pelas deteriorações da obra ou das plantações, quando haja culpa da sua parte – artigo 1538º. do Código Civil.

Atento ao teor da referida deliberação camarária, propõe que a Câmara Municipal delibere se a constituição do direito de superfície é feita a título oneroso ou gratuito, se o contrato cessa no prazo de 50 anos ou se há lugar à renovação e se, após o *terminus* do prazo, o superficiário tem direito a indemnização, a fim de, posteriormente se poder celebrar a respetiva escritura.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, constituir o direito de superfície, apenas por 50 anos, sobre o prédio rustico sito no Lugar de Mós,

Presidente

Secretário

freguesia de Ferreirim, em Lamego, a título gratuito e sem direito a qualquer indemnização.

20-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE DUAS LAGOAS PARA RETENÇÃO DE ÁGUAS (COD 42)

REQUERENTE: LACTICINIOS DO PAIVA, S.A.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE PENELAS - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 266/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, de acordo com a deliberação da Câmara, de 15.11.2011, a requerente foi notificada nos termos do n.º 5 do artigo 71º. Do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro do projeto de decisão da declaração de caducidade do ato de licenciamento, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, dado que não solicitou a emissão do Alvará de Licenças de obras no prazo de um ano após a notificação, tendo-se pronunciado no prazo concedido, solicitando a prorrogação de prazo em mais 60 dias para solicitar a emissão do alvará de licença de construção, uma vez que por razões económicas ainda não foi possível fazê-lo.

Mais solicita que, nos termos da alínea b) do n.º.2 do artigo 26º., do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, lhe seja concedida a dispensa parcial do pagamento das taxas de licença de construção, no valor de 27.097, 66 €, em valor não inferior a 50%.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal aprecie e delibere o pedido da requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a prorrogação de prazo em mais 60 dias para solicitar a emissão do alvará de licença de construção, bem como concedeu a dispensa parcial do pagamento das taxas de licença de construção, em valor não inferior a 50%, ou seja, em 13.548,83 €.

21-ASSUNTO: OBRAS DE ACABAMENTO COM LEGALIZAÇÃO DO 4º ANDAR (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ LUIS NEVES DE ALMEIDA E OUTROS

LOCAL DA OBRA: URB. DE FAFEL, LUGARES DE COLUMELA E COURA

- SÉ

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 267/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que refere que na reunião de Câmara, realizada no dia 07.02.2012, foi deliberado notificar os comproprietários, arrendatários e ocupantes do prédio referido em epígrafe, para uma reunião a realizar com o senhor Presidente da Câmara.

No dia 19.04.2012, foram notificados todos os interessados a estarem presentes na reunião marcada para dia 14.05.2012, pelas 15 horas, o que veio a acontecer e que contou com a presença do senhor Vice-Presidente da Câmara.

O senhor José Luis Neves de Almeida informou que o prédio está omissa, que não tem propriedade horizontal, nem licença de construção e que foi apresentado no Tribunal uma ação de divisão de coisa comum, que está suspensa, porque se aguarda a decisão do Tribunal ao recurso apresentado pelo senhor Manuel da Silva Alves.

Na mesma reunião, o senhor Vice-Presidente da Câmara solicitou aos presentes que apresentassem a decisão do Tribunal relativamente à litigância com o senhor Manuel da Silva Alves e da ação de divisão de coisa comum.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere que se mantém a situação atual até à decisão do Tribunal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, por motivos de intervenção neste processo de um familiar.

22-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO E ARRUMOS (COD 42)

REQUERENTE: ANTÓNIO DOS SANTOS SILVA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DAS FRAGAS - VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 275/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhado do parecer do Chefe da DUDE, datado de 24.05.2012, referente à legalização de uma habitação, cujo processo inicial deu entrada em 1975. Todavia, o processo nunca teve conclusão nem desenvolvimentos desde 29/12/2000, quer por parte do requerente, quer por parte deste município, tendo no entanto, a obra sido executada.

Em 20/04/2010 o processo foi reiniciado com a apresentação pelo requerente do atual processo com vista à legalização das obras já executadas.

Presidente

Secretário

Estando o projeto de arquitetura aprovado foi o requerente, igualmente, notificado a apresentar os projetos de especialidades. Vem, agora, o requerente solicitar a isenção de alguns dos projetos pelo facto de a obra já se encontrar executada há muito tempo, com o argumento de já não fazer qualquer sentido a sua apresentação.

No caso presente, até já foram apresentados os projetos de especialidades que eram exigíveis à data, ou seja, o projeto de estabilidade e o projeto das redes de águas e esgotos.

Pelo exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere se licencia ou não a obra com os elementos já existentes no processo.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, licenciar a obra com os elementos já apresentados pelo requerente.

23-ASSUNTO: EDIFICIO PARA INSTALAÇÃO DE INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS (COD 42)

REQUERENTE: LAMEGO CONVIDA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, EEM

LOCAL DA OBRA: LARGO DA FEIRA - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 276/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a obra em epígrafe é uma obra promovida por uma empresa municipal, isenta de licenciamento e sujeita a parecer prévio não vinculativo da Câmara Municipal, nos termos do artigo 7º. Do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, pelo que, de acordo com a informação n.º 1699, de 22.05.2012, e do parecer do Chefe da DUDE, propõe que a Câmara Municipal emita parecer favorável.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Presidente da Câmara, por impedimento legal.

24-ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE UM TALHO/COMERCIO DE CARNES (COD 42)

REQUERENTE: MANUEL ROSÁRIO DE OLIVEIRA

LOCAL DA OBRA: RUA D. JOÃO DA SILVA CAMPOS NEVES, FRAÇÃO M - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 287/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que na reunião de Câmara Municipal, realizada no

Presidente

Secretário

dia 02.05.2012, a Câmara deliberou ser sua intenção vir a declarar a caducidade do despacho exarado pelo senhor Vice-Presidente da Câmara a 22.10.2010, através do qual deferiu o pedido de autorização de utilização para o talho/comércio de carnes em causa, em virtude de o requerente não ter procedido, no prazo máximo de um ano, ao pagamento das respetivas taxas, devendo promover-se a sua audiência prévia, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

Acontece que, não obstante o requerente ter sido notificado para se pronunciar, querendo, sobre a referida deliberação camarária, através do ofício n.º 1355/12, de 08.05.2012, inclusivamente para as “três moradas” mencionadas no processo, nunca o correio foi recebido.

Face ao exposto, e uma vez que aos serviços camarários apenas competia remeter a notificação, por carta registada, para as “três moradas” mencionadas no processo, o que fizeram, propõe à Câmara que delibere, a título de decisão final, declarar a caducidade do despacho exarado a 22.10.2012, através do qual havia concedido a autorização de utilização para o talho/comércio de carnes em causa.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

25-ASSUNTO: ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS” (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 286/47/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 249/DFP, propondo, para efeitos de abertura de procedimento para a “Aquisição de serviços de gestão da plataforma eletrónica de compras públicas”, que a Câmara Municipal:

- 1) Autorize a contratação dos serviços, nos termos dos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2012), até ao montante máximo de 20.400,00 € (sem IVA);
- 2) Autorize a submissão à Assembleia Municipal, para aprovação da repartição de encargos, conforme quadro seguinte, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:

<i>Ano</i>	<i>Valor sem IVA</i>	<i>IVA 23%</i>	<i>TOTAL</i>
2012	6.800,00 €	1.564,00 €	8.364,00 €

Presidente

Secretário

2013	6.800,00 €	1.564,00 €	8.364,00 €
2014	6.800,00 €	1.564,00 €	8.364,00 €
Total	20.400,00 €	4.692,00 €	25.092,00 €

Deliberado: A Câmara Municipal aprovou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Piva Ribeiro, a abertura de procedimento para a contratação dos serviços para “Aquisição de serviços de gestão da plataforma eletrónica de compras públicas”, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro proferiu a seguinte declaração de voto: “Abstenho-me na presente decisão porque a proposta em causa não tem fundo disponível, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, atenta a informação dos serviços que sobre a mesma recaiu.”

26-ASSUNTO: PROTOCOLO DE PARCERIA A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO E CLINIMEGO (COD. 56)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 268/56/12 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a Clinimego, Lda. remeteu a esta Câmara Municipal uma proposta de protocolo de parceria. Tal protocolo prevê, em suma, um desconto de 15% sobre a tabela de preços de consultas médicas em todas as especialidades que dele façam parte, a todos os trabalhadores devidamente credenciados da Câmara Municipal de Lamego; prevê também a aplicação deste desconto aos “elementos dos órgãos de gestão, cônjuge e seus descendentes”.

De acordo com esta proposta, a Câmara Municipal compromete-se a fornecer à Clinimego, Lda. “listas atualizadas semestralmente dos funcionários e órgão de gestão”.

O regime geral de acesso aos documentos administrativos está plasmado no artigo 5º da Lei nº 46/2007 de 24.08 (LADA), que determina que todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo, estando a reprodução sujeita a pagamento da taxa fixada, pela pessoa que a solicitar.

São, em princípio, documentos de acesso livre e generalizado.

Presidente

Secretário

Contudo, a LADA, no seu artigo 6º, impõe algumas restrições ao direito de livre acesso.

O direito de acesso à informação está sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente, referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado.

Assim, são impostas restrições ao conteúdo do direito de acesso quando os documentos contenham, acerca da pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada: são documentos nominativos – art. 3º, nº 1, alínea b) da LADA.

Assim, deverá a Câmara Municipal deliberar se pretende fornecer a lista de trabalhadores, Presidente e vereadores e outorgar o protocolo em causa ou, em alternativa, outorgar o protocolo efetuando os visados a sua identificação mediante a apresentação do respetivo cartão de identificação de trabalhador municipal que é emitido gratuitamente por este Município.

Mais deverá a Câmara deliberar se pretende propor que o protocolo seja extensível aos cônjuges e descendentes dos trabalhadores municipais.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, outorgar o protocolo que deverá ser adequado à circunstância de os visados apresentarem, caso a caso, o respetivo cartão de identificação de trabalhador municipal emitido gratuitamente por este Município, sendo extensível aos cônjuges e descendentes dos trabalhadores municipais.

27-ASSUNTO: ACORDO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE O INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARITIMOS, IP E O MUNICÍPIO DE LAMEGO (COD. 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 269/52-A/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal, para que seja ratificado o seu despacho, datado de 1 de junho de 2012, de aprovação do acordo de cooperação institucional entre o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP. e Município de Lamego, que tem como objeto a cooperação entre o IPTM e o Município de Lamego, tem em vista os objetivos visados na Candidatura ao programa Turismo Douro Infraestrutural do

Presidente

Secretário

conjunto de intervenções necessárias à Requalificação do Cais de Bagaúste e sua adaptação para desportos não motorizados, que inclui o rearranjo urbanístico e paisagista de todo o espaço público e zona envolvente.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

28-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – PARADA DO BISPO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 290/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no dia de 8 julho de 2012, das 08.00h às 20.00h, a realizar no Lugar de Trás da Igreja – Freguesia de Parada do Bispo, para as festas em Honra do Sagrado Coração de Jesus.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

29-ASSUNTO: PERMUTA DE HABITAÇÕES ENTRE DOIS AGREGADOS FAMILIARES (COD 31)

REQUERENTE: FLÁVIO ROSA DOS ANJOS

LOCAL: QUINTA DE SANTO ANTÓNIO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 291/31/12 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural, para que, no seguimento dos requerimentos apresentados por Flávio Rosa dos Anjos, seja autorizada a permuta de habitações baseada nos seguintes pressupostos:

Presidente

Secretário

Flávio Rosa dos Anjos, cujo agregado familiar é composto pelo próprio, Telma Reis Barbosa, esposa e o filho menor Elísio Marjolene Barbosa Anjos, arrendatários de uma propriedade de habitação social na Quinta de Santo António, solicitaram a permuta deste mesmo Bairro para o Bairro de Nazes, alegando graves conflitos familiares com outro agregado familiar que também reside na Quinta de Santo António. O Senhor Flávio solicita a sua mudança, fazendo troca de habitação com uma família que reside em Nazes.

Esta permuta envolve o agregado familiar de Fábio Domingos Cardoso, Monike Barbosa Cardoso Inácio, companheira, e filho menor Fábio Ruben Cardoso Tavares.

Assim, considerando os graves conflitos familiares, considerando, ainda, a situação prioritária resultante dos graves problemas de saúde do filho do Senhor Fábio Domingos Cardoso, bem como a vontade expressa do Senhor Flávio Anjos de abdicar da sua habitação social em prol do agregado familiar do Senhor Fábio Cardoso, propõe à Câmara Municipal que delibere no sentido de aprovar a permuta de habitações entre estes dois agregados familiares.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

30-ASSUNTO: PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO PARA PROJETO DE OBRAS NO ÂMBITO DO PRODER (COD. 20)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO INFANTÁRIO E JARDIM INFANTIL “O PINTINHAS”

Presente à reunião o despacho de ratificação do senhor Presidente da Câmara, datado de 7 de junho corrente, que vem acompanhado da proposta de deliberação n.º 555/20/2010, na sequência do ofício emanado da Associação Infantário e Jardim Infantil “O Pintinhas”, datado de 12 de Novembro de 2010, no qual solicitava à autarquia de Lamego um auxílio financeiro para concretização do projeto de obras sobre o acordo de comparticipação com a Segurança Social, estando prevista a concessão de um financiamento por parte desta de 33.679.00 € e ficando por assegurar o restante do financiamento até ao total do orçamento de 88.000.00 €. Neste sentido solicitava que fosse previsto no orçamento e plano de atividades do ano de 2011, uma verba a atribuir numa medida proporcional ao concedido, em casos semelhantes, a outras instituições.

Presidente

Secretário

Assim, tendo em conta o desenvolvimento deste processo, vem a referida instituição, nesta data, solicitar a reformulação e retificação do referido pedido, através da atribuição da verba de 10.000,00 € já concedida na reunião de Câmara Municipal, realizada no dia 13 de dezembro de 2010, agora no âmbito do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural.

Assim, propõe à Exma. Câmara a ratificação do seu despacho, bem como a reformulação da referida deliberação.

Deliberado: Dado que a Associação Infântário e Jardim Infantil “O Pintinhas” já está a usufruir das instalações da Câmara Municipal, em cujo edifício são agora propostas as obras de ampliação, e não se justificando que seja a própria Câmara Municipal realizá-las, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e considerando a valência de creche, reiterar a atribuição da verba de 10.000,00 € (dez mil euros), à referida Associação ratificando, assim, o despacho do senhor Presidente da Câmara.

31-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (**COD. 26**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS DE SÃO PEDRO - SAMODÃES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 293/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no período de 29 de junho a 1 de julho de 2012, das 08.00h às 22.00h, a realizar na Freguesia de Samodães, para as festas em Honra de S. Pedro.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

32-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (**COD 26**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 294/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações

Presidente

Secretário

introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no período de 15 de junho a 17 de junho de 2012, das 08.00h às 02.00h, a realizar na Freguesia de Ferreirim, para as festas em Honra de Santo António.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

33-ASSUNTO: EMPREITADA DE CONCLUSÃO DA REDE DE ÁGUAS E DE ESGOTOS E PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO DA RANHA - FERREIRIM (**COD 41**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 295/41/2012 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, mediante requerimento apresentado no dia 22 de dezembro de 2008, veio o empreiteiro, Manuel Cardoso Pinto, solicitar a elaboração do respetivo auto de medição dos trabalhos a mais relativos ao Capítulo I – Rede de Esgotos e Capítulo IV – Pavimentações, de acordo com o mapa de quantidades, que juntou.

Referiu, ainda, o empreiteiro que foi elaborado o auto de receção provisória da obra em causa, a 22.12.2005, tendo ficado por medir e faturar esses trabalhos a mais.

Sobre o referido requerimento, a 06.01.2009, a Chefe da DOM, Sra. Enga. Maria de Lourdes, solicitou que o senhor Eng. Manuel Marques, prestasse informação sobre a questão suscitada pelo empreiteiro.

Consequentemente, e através da informação n.º 469, de 30.01.2009, o Sr. Eng. Manuel Marques, esclareceu que, tal como consta da sua informação n.º 130/2005, de 06.09.2005, “(...) foram contabilizados os trabalhos que eram necessários para além dos previstos no contrato de empreitada designadamente relacionados com o Capítulo I – Rede de Esgotos e Capítulo IV – Pavimentação, no valor total de 15 840,42€ + IVA, tendo proposto que os mesmos fossem executados como trabalhos a mais, (...) correspondentes a 14% do valor da empreitada”.

Mais informou que, sobre a sua informação, recaiu o seguinte parecer da Chefe da DOM, Sra. Enga. Maria de Lourdes, “Concordo com a presente informação, pelo que se propõe superiormente a sua aprovação e cabimentação (...) os trabalhos a mais estão dentro do previsto na lei, inferiores a 15% e necessitam de Contrato Adicional”.

Acréscitou ainda que, “Em 30.11.2005, deixei de exercer funções na DOM, tendo, no entanto ainda em 23.12.2005, efectuado a recepção provisória parcial da

Presidente

Secretário

empreitada, dado que era necessário encerrar a candidatura, ficando pendente a parte dos trabalhos a mais que, entretanto, já se encontram todos executados”.

Finalizou a sua informação, referindo que, “(...) Em 09.06.2006 foi elaborada a conta final da empreitada sem que tivessem sido tidos em conta os trabalhos a mais referidos (...)”.

Posteriormente, e na sequência do parecer exarado a 03.12.2009, pela Chefe da DOM, senhora Enga. Maria de Lourdes, sob o requerimento apresentado pelo empreiteiro, a 22.06.2009, O senhor Eng. Manuel Marques redigiu a informação n.º 5 330, de 10.12.2009, no âmbito da qual manteve o conteúdo da sua informação n.º 469, de 30.01.2009.

A 21.04.2011, foi lavrado o auto de receção definitiva da obra em causa, assinado pela representante do dono da obra, senhora Enga. Maria de Lourdes, e pelo representante do empreiteiro, Manuel Cardoso Pinto.

Sobre a informação n.º 469, de 30.01.2009, foi exarado, a 01.06.2012, despacho do Sr. Presidente da Câmara, “*DFP p/cabimento. À reunião de CM.*”

Não obstante, não foi dado qualquer seguimento ao assunto, tendo os trabalhos adjudicados ao empreiteiro sido executados sem nunca terem sido cabimentados, requisitados e pagos.

Face ao exposto, e dado que a referida obra já foi recebida definitivamente, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido auto de trabalhos a mais, relacionados com o Capítulo I – Rede de esgotos e Capítulo IV – Pavimentação, no valor de 15.840,42€ + IVA, bem como a celebração do respetivo contrato, com vista à resolução definitiva deste assunto.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de trabalhos a mais, relacionados com o Capítulo I – Rede de esgotos e Capítulo IV – Pavimentação, no valor de 15.840,42€ + IVA, bem como celebrar o respetivo contrato.

34-ASSUNTO: LOCAIS FIXOS PARA A VENDA AMBULANTE - RATIICAÇÃO DE DESPACHO (COD. 25)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 297/25/12 do senhor Vereador do Desenvolvimento Económico a qual surge no seguimento da proposta nº 235/51/2012, aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 15.05.2012, propondo à Câmara

Presidente

Secretário

Municipal a ratificação do seu despacho, datado de 28 de maio de 2012, no qual autorizou a atribuição dos seguintes lugares em locais fixos para a Venda Ambulante:

Espaço lateral à entrada de acesso ao novo Hospital – Rotunda da A24

Lugar nº 1 - Pedro Machado da Silva

Lugar nº 2 - Manuel Correia Paula

Lugar nº 3 - Erundina Bastos da Silva

Espaço Parque do Senhor da Boa Passagem

Lugar nº 1 - Aida Fernandes Pires Correia

Lugar nº 2 - Vago

Lugar nº 3 - António da Silva Cardoso

Os lugares foram atribuídos por escolha dos próprios, tendo em conta a ordem de entrada dos respetivos pedidos.

À emissão da respetiva licença para a ocupação de espaço do domínio público, corresponde a taxa de 4,90 €/ m2 e por mês.

Deliberado: Ratificado por unanimidade.

35-ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2011 DA LAMEGO CONVIDA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, EEM (COD 22-A)

Presente à reunião o ofício n.º 284, de 5 de junho 2012, emanado da empresa municipal Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, que vem acompanhado do Relatório de Gestão e Contas do ano económico de 2011 da referida empresa municipal, para que seja analisado e aprovado pela Câmara Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 33º, dos Estatutos da Lamego Convida, EEM.

Deliberado: Aprovada, por maioria, com o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro que fez a seguinte declaração de voto: “Voto contra o presente relatório e contas da empresa pública municipal Lamego Convida, por considerar que todos os pressupostos que o PS sempre denunciou, em relação às prestações desta empresa se mantêm, tendo mesmo piorado em alguns indicadores financeiros, como a seguir se demonstra.

Esta posição nada tem a ver com a “verdade” expressa nas contas apresentadas no documento, embora nos suscitem algumas dúvidas pela forma pouco clara com que determinados valores são ali apresentados. E nada tem a ver com a qualidade intrínseca de muitas das atividades desenvolvidas pela empresa, com as quais

Presidente

Secretário

concordamos e até nos congratulamos, mas sempre no pressuposto conceptual de que estas mesmas atividades teriam sido realizadas com muito menos esforço financeiro, e muito maior eficácia e alcance executório, se assumidas diretamente pelos serviços municipais, sem recurso a uma tão perdulária empresa, cujos saldos negativos se agravam de ano para ano.

De facto não podemos deixar de referir aqui algumas matérias fundamentais que explicitam o nosso voto contrário:

1 – Apenas na unidade orgânica do pavilhão Álvaro Magalhães nos são discriminadas devidamente as receitas e as despesas da infraestrutura. Nas restantes tal discriminação não ocorre, pelo que ficamos apenas com a perceção geral do comportamento da empresa, no seu todo, mas não das prestações por unidade, o que muito prejudica a nossa possibilidade de aferir a viabilidade de cada entidade, *de per si*.

2 – Segundo os valores apresentados, verificamos que as transferências do Município de Lamego foram de 1.307.533 €, excluindo as AECS. Ora, mesmo somando estas, o que perfaz 1.379.241 €, está muito longe das transferências expressas no Relatório do Município de Lamego de 2011, onde podemos verificar que as verbas transferidas para a Lamego Convida foram de 71.707,92 € (correntes) e de 2.007.493,01 (capital), num total de 2.079.200,93 €. Há, portanto, uma diferença de 771.667,93 € que não está aqui demonstrada e que exigiria uma mais cuidada explicação.

3 – Em face destes dados, e pela forma como ele nos é apresentado, podemos concluir que a empresa teve de receita própria 351.611 €, para uma despesa global de 1.725.031 €, o que perfaz um saldo negativo de 1.373.421 €. e que supostamente fica coberto pelo montante aqui referido da transferência municipal. Mas não nos explica para onde foi canalizado o excedente acima referido.

4 – Mantemos as maiores dúvidas sobre a bondade do aumento de capital social em espécie, que foi aprovado pela maioria do poder autárquico, porque nos continua a parecer que confere uma base falsa de sustentabilidade financeira à empresa e, em caso de extinção da mesma, um evidente perigo de se perder um património importantíssimo do Município lamecense. Até por estas razões, a sustentabilidade legal deste aumento se nos afigura duvidoso.

5 - Não podemos deixar de achar extraordinário que um investimento municipal de mais de 70 milhões de euros a médio e longo prazo, do pavilhão Multiusos, a que

Presidente

Secretário

devemos acrescentar mais 33 milhões de euros por força da cessação da gestão do pavilhão por parte da Lamego Renova tenha sido construído sem qualquer planeamento ou estudo de sustentabilidade financeira. Isto porque só agora, pelos vistos, é que os planos de sustentabilidade irão ser elaborados pela empresa, como consta no presente relatório, o que nos dá bem conta da forma ligeira e nada competente com que tal investimento foi planeado pela atual coligação no poder camarário, PSD/CDS-PP.

6 – Continua a saga das cópias de outros documentos de gestão e/ou relatórios de empresas e entidades diversas da que agora analisamos. Sobre estes anexos às demonstrações, para além de serem cópias fiéis de extratos de outros relatórios e contas do ano, como a ANACOM, a INDAQUA, PORTUCELSOPORCEL e outras, não contêm nenhuns dados relevantes que expliquem seja o que for, em concreto, no que à empresa municipal diz diretamente respeito. A falta de cuidado em detalhar tais considerações ao nível da empresa a que diz respeito, consegue ser deprimente...

7 - Feitas as contas, e em termos globais, verificamos que o saldo negativo da empresa cresceu 1,4 %, já que em 2010 o saldo negativo foi de 1.353.981 € e em 2011 foi de 1.373.420 €. Ora, se atentarmos às declarações do senhor Presidente da Câmara que, no ano passado, aqui afirmou que o ano de 2011 iria ser muito mais contido na relação entre a despesa e a receita, verificamos que não só isso não aconteceu, como ainda piorou bastante, o que nos dá bem conta do rumo suicidário que esta empresa está a tomar...

Se as coisas são assim neste momento (2011) já podemos ter uma ideia do que vai acontecer no presente ano de 2012, agora com o Pavilhão Multiusos na gestão direta desta empresa municipal.

8 – Sendo certo que as despesas com o pessoal desta empresa correspondem ao dobro da receita própria, o que nos dá bem conta da total e completa insustentabilidade económica e financeira da mesma. A empresa tem de receita própria 351.611 € e despende, só em pessoal, 716.470 €. Não há nenhuma empresa, pública ou privada, municipal ou da administração central, que consiga sobreviver com tais rácios financeiros...

9 - Finalmente, o grave problema que aqui não se pode deixar de colocar, uma vez mais, tem a ver com o que foi por mim referido a propósito do Plano de Sustentabilidade da Lamego Convida 2036. Como muito bem explicitiei na análise a

Presidente

Secretário

tal documento, as previsões eram absolutamente fictícias e irreais, e este relatório vem dar-me inteira razão. É impensável prever receitas em 2012 de 2.957.460 € (como está expresso naquele plano) quando este relatório demonstra que em 2011 estas receitas se quedaram pelos 351.611 €. Seria necessário um verdadeiro milagre para que as receitas da Lamego Convida crescessem 841 % de um ano para o outro.

Isto para não falarmos dos 3.778.874 € previstos de receita para 2013. Um total e completo absurdo, irrealista e inadequado, a exigir competente correção!

Daqui a razão do nosso voto contra.”

Ausente o senhor Presidente da Câmara Municipal, por impedimento legal.

36-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO (**COD. 52-A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 296/52-A/12 da senhora Vereadora da Juventude e Desporto, propondo à Câmara Municipal que seja aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e a Santa Casa da Misericórdia de Lamego.

Este protocolo surge no âmbito das parcerias entre instituições mais carenciadas, pois no caso concreto, esta não possuiu recursos financeiros, humanos e logísticos que assegurem as atividades lúdicas e desportivas das suas crianças e jovens no período de verão, pelo que este município pretende colaborar nesta ação social do concelho, concedendo entrada gratuita nas piscinas descobertas e participação gratuita no projeto Verão Desportivo e assim permitir uma inclusão na sociedade mais equilibrada e justa.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a título excecional, a minuta do Protocolo entre o Município de Lamego e a Santa Casa de Misericórdia.

Mais deliberou que, em situações futuras, qualquer pedido de isenção deverá ser acompanhado de lista/orçamento dos proveitos que lhe estão inerentes.

Ausente o senhor Presidente da Câmara Municipal, por impedimento legal.

37-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO (**COD. 25**)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO GRUPO MOTARD TRIBO LUSITANI

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 298/25/12 do senhor Vereador do Desenvolvimento Económico, referindo que a Associação Grupo Motard Tribo Lusitani, com sede em Lamego, vem solicitar à Câmara Municipal que seja concedido um espaço e eletricidade, durante o período das Festas de S. João, na Avenida Dr. Alfredo de Sousa, a fim de angariarem fundos, através da venda de bebidas, aproveitando também para divulgar a existência da mesma.

Assim, submete o presente pedido à consideração da Câmara Municipal para apreciação e deliberação.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão da requerente, justificando que para o exercício de atividades comerciais, é devido o respetivo licenciamento, pois caso contrário estava-se a permitir uma concorrência desleal, face aos empresários que pagam o seu espaço e que estão devidamente licenciados para o exercício dessa atividade.

38-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO (COD. 25)

REQUERENTE: SOLAR DO ESPIRITO SANTO – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 299/25/12 do senhor Vereador do Desenvolvimento Económico, referindo que a empresa Solar do Espírito Santo, Empreendimentos Turísticos Lda., com sede em Lamego, vem requerer à Câmara Municipal autorização para a colocação de 4 mesas e respetivas cadeiras no passeio, frente ao seu estabelecimento comercial, situado na Avenida Dr. Alfredo de Sousa, entre o período de 1 de junho e 1 de setembro de 2012.

Informa que, em sua opinião, a ocupação deste espaço condiciona a livre circulação dos transeuntes, naquele passeio, obrigando a que os mesmos tenham de descer para a plataforma da estrada (avenida), para depois retomarem o passeio.

Esta situação não lhe parece correta, porquanto retira aos peões o seu espaço, para poderem deslocar-se em segurança, já que estando as mesas ocupadas, os clientes sentados nas cadeiras acabam por obstruir o passeio.

Acresce ainda que aquela zona é de grande movimento, quer de pessoas, quer de veículos motorizados.

Assim, e tendo em conta o exposto, propõe à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho de indeferimento do presente pedido, datado de 6 de junho de 2012.

Presidente

Secretário

Deliberado: Ratificado por unanimidade.

39-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO (COD. 25)

REQUERENTE: APITIL – ASSOCIAÇÃO PELA INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 300/25/12 do senhor Vereador do Desenvolvimento Económico, referindo que a Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego, com sede em a APITIL – Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego, vem solicitar à Câmara Municipal a cedência de um espaço na Avenida Dr. Alfredo de Sousa para montagem de um Stand, a fim de proceder à venda de sardinhas e outros produtos, durante o período de Festas de S. João 2012.

A APITIL com a presença deste Stand, pretende dar apoio á realização deste evento, sendo que a receita servirá para suportar os transportes dos Grupos Folclóricos, bem como o arranjo dos trajas dos mesmos.

A APITIL é uma associação sem fins lucrativos e tem como seu objeto o apoio social.

Pelo exposto, propõe à Câmara Municipal que seja disponibilizado, a título gratuito, o referido espaço, durante o período daquele evento, sem que daí advenham quaisquer custos para a Câmara Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

40-ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DO PAVILHÃO ÁLVARO MAGALHÃES (COD. 20)

REQUERENTE: DIOCESE DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 301/20/12 da senhora Vereadora da Juventude e Desporto, referindo que, privilegiando a parceria entre a Diocese de Lamego e a Câmara Municipal de Lamego, surge a organização do CLERICUS CUP 2012, nos dias 2 e 3 de Julho e um jogo amigável entre a seleção da Diocese de Lamego e a seleção da Diocese de Vila Real, atual campeã nacional, a realizar no dia 17 de junho.

Este Torneio Nacional de Futsal de Padres, congregará 100 a 150 padres do país inteiro que durante dois dias se reúnem nesta cidade para disputarem vários jogos e conviverem de uma forma saudável.

Presidente

Secretário

Reconhecendo que esta organização tem interesse desportivo, cultural e turístico com grande impacto na cidade e porque a diocese não tem espaços desportivos para a concretização deste evento, propõe à Câmara Municipal que aprove a minuta do protocolo, com o objetivo de a isentar do pagamento das taxas da utilização do Pavilhão Álvaro Magalhães nos dias referidos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Presidente da Câmara Municipal, por impedimento legal.

41-ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS DO CONCELHO DE LAMEGO (**COD 51**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 302/51/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que terminou o prazo de discussão pública referente ao projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Depósito de Veículos do Concelho de Lamego, publicado no Diário da república, 2.ª Série – N.º 77 de 18 de Abril de 2012, no Edital n.º 386/2012, sem que tivessem sido recebidas quaisquer recomendações ou sugestões. No entanto, propõe à Câmara Municipal as seguintes retificações, nomeadamente:

- No número 4 do artigo 12.º, onde se lê “A notificação, será efetuada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lamego.” deverá ler-se: A notificação, será efetuada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lamego ou pelas entidades competentes para a fiscalização.
- No ponto um do artigo 16.º onde se lê “Findos os prazos referidos nos números 1 e 2 do artigo 13.º, (...) deverá ler-se: Findos os prazos referidos nos números 1 e 2 do artigo 12.º,(...).
- No anexo I, onde se lê “com o bilhete de identidade” deverá ler-se: Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão.

Nestes termos, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido Regulamento, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

42-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO DA CÂMARA NA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE

Presidente

Secretário

SERVIÇOS PARA AS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS (COD 26)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 303/26/2012 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que nesta ata se considera integralmente transcrita e dela fica a fazer parte integrante, e que tece algumas considerações sobre o enquadramento legal do assunto referenciado em epígrafe, bem como sobre as razões de facto que lhe estão inerentes.

Assim, tendo em conta os considerandos enunciados propõe que, face às disposições legais evocadas na referida proposta, a Câmara Municipal delibere:

1. Para efeitos do previsto no n.º 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e nos n.os 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com a redação conferida pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, sempre que a adjudicação ocorra nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 ou no .º 4 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, ou ainda nos termos do previsto no artigo 128.. do mesmo diploma legal;
2. A contratação a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior não poderá fazer-se sem expressa confirmação de cabimento orçamental a efetuar pela Divisão Administrativa e Financeira, depois de verificado o cumprimento das demais disposições legais aplicáveis.
3. Até trinta dias após o término das festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios – 2012, deverá a lista dos contratos celebrados ao abrigo do disposto nos números anteriores, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental, ser disponibilizada aos membros do Órgão Executivo.
4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todos os contratos de prestação de serviços que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir da sua efetivação e que digam respeito, somente, às Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios – 2012.
5. Esta autorização genérica para dispensa de parecer prévio da Câmara na celebração de contratos de prestação de serviços termina com o fim do evento religioso mencionado no ponto anterior.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

Presidente

Secretário

43-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

44-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas quarenta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária